/asbz

Energy News

Informativo Mensal Setembro/2026

Confira o que movimentou o setor elétrico neste último mês: reunimos as principais atualizações regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), incluindo novas resoluções, consultas públicas e decisões relevantes. Além disso, destacamos os desdobramentos no Judiciário que impactam o setor, com foco em ações e decisões que merecem atenção por seus efeitos regulatórios e operacionais.

energia@asbz.com.br
www.asbz.com.br

Energia e Pauta

Confira neste Informativo Mensal:

- **Destaques** **03 - 10**

  Notícias que mais movimentaram o setor elétrico no mês de Setembro/2026

- **Raio-X ANEEL** **11**

  Calendário de Reuniões ANEEL

- **Raio-X Judiciário** **12**

  Assuntos mais discutidos no Judiciário em cada segmento

- **Alerta Normativo** **13**

  Última Resolução Normativa (REN)

- **Participação Social** **14 - 17**

  Tomadas de Subsídios
  Consultas Públicas
  Audiências Públicas

- **/asbz na mídia** **18**

Boa Leitura!

/asbz

Destaques

PROPOSTA DA ANEEL PARA REGRAS DE TRANSMISSÃO PODE BENEFICIAR DATA CENTERS

O diretor-geral da ANEEL, Sandoval Feitosa, propôs uma regra de transição na Política Nacional de Acesso ao Sistema de Transmissão (Pnast) para contemplar cargas com implementação escalonada, como data centers. A proposta teria vigência até 2029 e alcançaria empreendimentos que já possuíam parecer positivo de viabilidade técnica antes da entrada em vigor das novas regras, em dezembro de 2026.

Conforme voto-vista apresentado por Sandoval Feitosa, o ONS deverá priorizar, no acesso ao sistema de transmissão, os empreendimentos que já contavam com parecer favorável de viabilidade técnica antes da mudança regulatória. Segundo o diretor-geral, a aplicação imediata da Pnast teria impedido a adoção de providências prévias por consumidores cuja previsão de acesso à carga ocorre de forma escalonada, como os data centers, que aumentam gradualmente seu consumo de energia ao longo dos anos.

A proposta decorre de processo anteriormente relatado pelo ex-diretor Fernando Mosna, que apresentou seu voto em julho deste ano, ocasião em que Sandoval Feitosa pediu vista. Caso a proposta seja aprovada, será iniciada consulta pública pelo prazo de 45 dias.

+ Veja mais aqui

Destaques

ANEEL APROVA LEILÃO DE TRANSMISSÃO COM R$ 8,8 BILHÕES EM INVESTIMENTOS

A diretoria da ANEEL aprovou o edital do Leilão de Transmissão nº 4/2026, marcado para 30 de outubro, na sede da B3, em São Paulo. O certame contará com oito lotes distribuídos por sete estados e prevê R$ 8,8 bilhões em investimentos, com a implantação de 1.866 quilômetros de novas linhas de transmissão e seccionamentos, além da continuidade de 483 quilômetros de linhas existentes.

Os projetos serão realizados na Bahia, em Goiás, em Mato Grosso do Sul, na Paraíba, no Paraná, em Rondônia e em São Paulo, com estimativa de criação de 20.312 empregos diretos. O maior investimento está previsto no Lote 4, estimado em R$ 4,1 bilhões, que contempla obras em Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul e será dividido em dois sublotes.

Paralelamente, permanece pendente a definição sobre a inclusão de uma interligação elétrica entre Brasil e Bolívia no leilão previsto para abril de 2027. O projeto depende da aprovação de tratado internacional pelos dois países, preferencialmente até novembro de 2026, sob pena de o lote de interligação ser retirado do edital caso haja atrasos significativos na tramitação no Congresso brasileiro.

+ Veja mais aqui

Destaques

TCU RECOMENDA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS ANTES DE EVENTUAL CADUCIDADE DA ENEL SP

A área técnica do TCU recomendou que o MME, em articulação com a ANEEL, avalie os impactos de uma eventual caducidade da concessão da Enel São Paulo antes da adoção da medida. O estudo deverá considerar os efeitos sobre a continuidade do serviço e os consumidores, além de demonstrar que a caducidade produziria benefício líquido em comparação com outras alternativas.

Entre os aspectos a serem analisados estão a existência de operador apto a assumir a concessão, o cronograma de transição, o custo da indenização dos bens reversíveis, o impacto sobre as tarifas e o risco sistêmico para o setor de distribuição. A recomendação também prevê a comparação da caducidade com medidas como a imposição de obrigações à concessionária, a intervenção administrativa e a transferência de controle acionário.

Paralelamente, a área técnica do TCU recomendou que MME e ANEEL avancem nos estudos para uma eventual nova licitação da concessão, independentemente do resultado do processo de caducidade. A medida considera o término do contrato em meados de 2028 e prevê a preparação de parâmetros técnicos e econômicos para eventual novo leilão.

+ Veja mais aqui

Destaques

REAJUSTE MÉDIO DAS CONTAS DE LUZ É ESTIMADO EM 9,4% PELA ANEEL EM 2026

A ANEEL elevou para 9,4% a projeção de reajuste médio das contas de luz em 2026, conforme dados divulgados no boletim InfoTarifas. A estimativa supera as projeções anteriores, de 8,6% em junho e 8% em março deste ano.

Embora a estimativa já considere os R$ 5,5 bilhões destinados à modicidade tarifária nas regiões Norte e Nordeste, o reajuste projetado permanece acima das expectativas de inflação para 2026, de 4,4% pelo IGP-M e 5% pelo IPCA.

Segundo a ANEEL, a elevação decorre principalmente do aumento da CDE, que reúne os subsídios do setor elétrico e impacta os componentes econômico e financeiro das tarifas, além do custo da energia.

Veja mais aqui

EPE INICIA ESTRUTURAÇÃO DE FUTURO LEILÃO DE ARMAZENAMENTO HIDRÁULICO

A EPE anunciou um plano de trabalho para estruturar um futuro leilão de armazenamento hidráulico, com foco em usinas hidrelétricas reversíveis (UHRs). A partir de outubro, será aberta chamada pública para o cadastramento de projetos, com o objetivo de avaliar a maturidade do mercado, além de custos, características técnicas e prazos de implantação.

A iniciativa decorre da Lei nº 15.269/2025, que criou o procedimento competitivo para contratação de serviços de sistemas de armazenamento hidráulico. Segundo a EPE, a chamada terá caráter consultivo e informativo e servirá para calibrar critérios de avaliação, identificar riscos e eventuais lacunas normativas.

Posteriormente, a EPE deverá avançar, em articulação com o MME e a ANEEL, em estudos sobre custos, parâmetros econômico-financeiros, diretrizes de contratação e impactos socioambientais. Ainda não há previsão para a realização do leilão.

Veja mais aqui

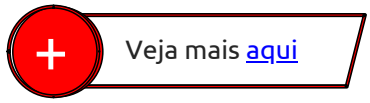
Destaques

MME PROPÕE NOVAS REGRAS PARA RENOVAÇÃO DE CONCESSÕES DE HIDRELÉTRICAS

O MME abriu consulta pública para discutir o tratamento das outorgas de hidrelétricas vencidas ou próximas do vencimento, incluindo a possibilidade de prorrogação dos contratos ou realização de novas licitações. As contribuições poderão ser enviadas até 23 de outubro. Segundo a Nota Técnica nº 39/2026, nenhuma das alternativas deve ser adotada previamente como regra geral.

A proposta prevê novas outorgas no regime de produção independente de energia, com prazo de referência de 20 anos, além do pagamento de 50% do valor da outorga à vista e do restante em até cinco parcelas anuais. Os valores das outorgas com vencimento até 2032 serão destinados à CDE.

O MME também propõe que os novos contratos possam prever investimentos em modernização das usinas, estudos de reavaliação do potencial, adequações para serviços de flexibilidade operativa e obrigações relacionadas à segurança de barragens, licenciamento ambiental e uso dos recursos hídricos. As contribuições recebidas subsidiarão a elaboração de um decreto.



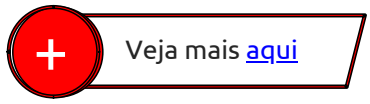
Destaques

ANEEL ATUALIZA REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO PARA CUSTOS DE TERMELÉTRICAS

A ANEEL aprovou mudanças nas Regras de Comercialização aplicáveis às usinas termelétricas, criando uma solução permanente para a contabilização dos custos de geração. As alterações atualizam o Módulo 16 das Regras de Comercialização e substituem o procedimento provisório utilizado até então, adequando a comercialização de energia à Resolução Normativa nº 1.093/2024.

A nova metodologia estabelece critérios para aprovação, atualização e acompanhamento do CVU das termelétricas que não possuem mecanismo de reajuste previsto em seus contratos regulados. A CCEE ficará responsável pelas atualizações periódicas do CVU e pelo acompanhamento dos efeitos financeiros da metodologia, que também abrange a Parcela de Custo Fixo (PCF).

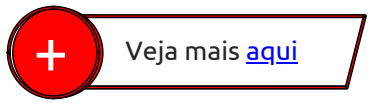
A ANEEL também aprovou ajustes para situações em que a usina declara ao ONS CVU inferior ao valor aprovado pela Agência e para casos de geração substituta por razões de segurança energética. As alterações buscam alinhar a contabilização dos custos fixos aos valores efetivamente reconhecidos no Mercado de Curto Prazo.



ONS ESTIMA QUE BATERIAS PODEM REDUZIR CURTAILMENT EM ATÉ 50%

O diretor-geral do ONS, Márcio Rea, estima que sistemas de armazenamento em baterias possam reduzir entre 40% e 50% os cortes de geração no sistema elétrico brasileiro, a depender do resultado do leilão de reserva de capacidade previsto para dezembro. O armazenamento é avaliado como ferramenta para ampliar a flexibilidade do sistema diante do crescimento da geração solar.

Além das baterias, Rea citou as usinas hidrelétricas reversíveis como alternativa para reduzir os cortes, ressaltando que o curtailment não será eliminado. Paralelamente, o modelo de custeio das baterias é questionado por geradores, enquanto o MME discute mudanças no sinal de preço em períodos de excesso de geração, incluindo a revisão dos limites do PLD na Consulta Pública nº 228/2026.



Destaques

CURTAILMENT SUPERA 60% EM 1 A CADA 5 DIAS DE 2026, APONTA VOLT

O Brasil registrou 51 dias críticos de curtailment em 2026, até agosto, segundo estudo da Volt Robotics. Em ao menos um momento desses dias, os cortes de geração solar e eólica superaram 60% da energia renovável disponível, enquanto em 12 dias chegaram a 80%. No mesmo período de 2025, foram registrados 30 dias com cortes acima de 60%.

De janeiro a agosto de 2026, o volume médio de cortes alcançou 3.853 MWh médios, alta de 18,3% em relação ao período anterior. Segundo a Volt, o curtailment por razão energética ou excesso de energia respondeu por 67% dos cortes no período, ante 49% em 2025 e 21% em 2024. Entre outubro de 2021 e agosto de 2026, a consultoria identificou ao menos 73,4 milhões de MWh de cortes, considerando todas as razões e usinas analisadas.

Veja mais aqui

MME APONTA QUE NOVA POLÍTICA DE TRANSMISSÃO JÁ VIABILIZOU ACESSO DE 30,7 GW À REDE

O MME informou que a Política Nacional de Acesso ao Sistema de Transmissão (Pnast) já viabilizou o acesso de 30,7 GW ao sistema de transmissão em 2026. Desde dezembro de 2025, mais de 43 GW em pedidos de geradores e grandes consumidores foram encaminhados ao ONS, sendo 19,7 GW viabilizados na fase transitória, com mais de 180 pareceres de acesso emitidos.

Outros 11 GW correspondem a projetos da 1ª Temporada de Acesso de 2026. Após as manifestações encerradas em 11 de setembro, 3,42 GW receberam indicação de atendimento direto, enquanto 451 MW em pedidos de consumo seguirão para processo competitivo por 228 MW de capacidade remanescente em São Paulo. Segundo o MME, a política busca aprimorar o planejamento do acesso à rede diante da expansão de grandes cargas, como plantas de hidrogênio verde e data centers.

Veja mais aqui

Destaques

ANEEL VAI ANALISAR IMPACTO DO CURTAILMENT SOBRE CONTRATOS DE ENERGIA DE RESERVA

A ANEEL negou pedidos de geradores para suspender os efeitos financeiros dos cortes de geração, mas determinou que a área técnica analise as especificidades dos Contratos de Energia de Reserva (CER) diante dos impactos do curtailment sobre a obrigação de entrega. A avaliação deverá considerar os aspectos econômico-financeiros dos contratos e a possibilidade de alterar o valor utilizado para precificar as diferenças entre a energia contratada e a efetivamente entregue.

A decisão foi tomada na análise de nove pedidos de medida cautelar apresentados pela Absolar e por geradores eólicos e solares. A Agência rejeitou os pedidos por entender que não havia probabilidade do direito, mas determinou o aprofundamento da análise dos CER, considerando sua finalidade no planejamento setorial, as características das fontes e as condições de operação do SIN.

A ANEEL também afastou, na análise cautelar, a reclassificação generalizada de eventos de restrição e a suspensão dos efeitos financeiros até a conclusão da CP 45/2019, que ainda aguarda decisão final.

+ Veja mais aqui

ANEEL FIXA EM R$ 107,11 MILHÕES A COTA DA CDE PARA TRANSMISSORAS

A ANEEL fixou em R$ 107,11 milhões a cota da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para 18 concessionárias de transmissão que atendem consumidores livres e/ou autoprodutores conectados à Rede Básica do SIN, referentes ao mês de julho de 2026. O recolhimento deverá ser realizado até 10 de outubro, sendo os maiores valores atribuídos à Axia Norte, com R$ 29 milhões, e à Cemig, com R$ 18 milhões.

A Agência também estabeleceu em R$ 27 milhões as cotas de custeio do Proinfa para novembro de 2026, com recolhimento no mesmo prazo.

+ Veja mais aqui

Raio-X ANEEL

PROCESSOS DELIBERADOS PELA DIRETORIA

- **Circuito Deliberativo:** Em setembro, a ANEEL realizou o 16º e 17º Circuitos Deliberativos de 2026, com o julgamento de 70 itens.

- **Reunião Ordinária da Diretoria:** Em setembro, a Diretoria realizou a 18ª e a 19ª Reuniões Públicas Ordinárias, com a deliberação de 53 itens.

- **Distribuição Ordinária de Processos Aos Diretores-Relatores:** Em setembro, ocorreram 5 sessões ordinárias de distribuição de processos aos diretores, totalizando 116 itens distribuídos.

- **Distribuição Extraordinária de Processos Aos Diretores-Relatores:** Em agosto, ocorreu 1 sessão extraordinária de distribuição de processos aos diretores, totalizando 1 item distribuído.

Raio-X Judiciário

Principais assuntos

- **Geração**

1. Multa editalícia decorrente de atraso de empreendimento oriundo de Leilão de Energia Nova;
2. GSF (Generation Scaling Factor);
3. Enquadramento de Projetos de MMGD no REIDI;
4. *Curtailment/Constrained-off;*
5. Leilão de Reserva de Capacidade

- **Consumo**

1. Atraso de obras de conexão de projetos de MMGD;
2. Indenização em razão de supostos danos oriundos do apagão ocorrido em 2020, no Amapá;
3. Legalidade da destinação dos recursos da CDE;
4. Incidência do ICMS sobre as Tarifas TUSD/TUST

- **Transmissão**

1. Parcela Variável (PV);
2. Excludentes de responsabilidades que implicam o afastamento de penalidades;
3. Inadimplência de encargos rescisórios oriundos de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUSTs) rescindidos em razão da corrida do ouro;
4. Pagamento parcial do Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) pela Usina Hidrelétrica Belo Monte

- **Distribuição**

1. Nulidade de ato administrativo sancionatório;
2. Revisões e reajustes tarifários;
3. Falha no fornecimento

- **Comercialização**

1. Aplicação de penalidades pela CCEE;
2. GSF (*Generation Scaling Factor*);
3. Migração ao Mercado Livre;
4. Curtailment/Constrained-off

Alerta Normativo

- **REN nº1.166, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026**

Objeto: Estabelece as diretrizes e as condições para o desenvolvimento do Sandbox Regulatório Energias da Floresta.
- **PUBLICAÇÃO: 18/09/2026**

/asbz

Participação Social

- **CP 027/2026**

Objeto: obter subsídios para aprimorar a proposta referente à Revisão Tarifária Periódica de 2026 da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, a vigorar a partir de 22 de novembro de 2026. - **ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 09/10/2026.**

- **CP 028/2026**

Objeto: obter subsídios para aprimorar a proposta de revisão normativa para implementação do Encargo de Complemento de Recursos – ECR e do Teto da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, nos termos do artigo 7º da Lei nº 15.269, de 24 de novembro de 2025, com aplicação provisória dos elementos e nova estrutura orçamentária para fins de instrução do processo da CDE/2027. - **ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 09/10/2026.**

- **CP 029/2026**

Objeto: obter subsídios e informações adicionais para avaliar a necessidade e conveniência de intervenção regulatória para atualizar o aparato regulatório relativo aos padrões de rede com vistas ao aumento da resiliência dos sistemas de distribuição de energia elétrica. - **ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 12/10/2026.**

- **CP 030/2026**

Objeto: obter subsídios para avaliar as Regras de Comercialização, versão 2027. - **ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 02/10/2026.**

Participação Social

- **CP 031/2026**

Objeto: obter subsídios para aprimoramento da Resolução Normativa e do Relatório de AIR, que estabelecem o Indicador de Atendimento de Mercado (IAM). - **ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 19/10/2026.**

- **CP 032/2026**

Objeto: obter subsídios para o aprimoramento da minuta do Edital e dos Anexos do Leilão nº 1/2027-ANEEL. - **ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 26/10/2026.**

- **CP 033/2026**

Objeto: obter subsídios para o aprimoramento do Módulo 3 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST para estabelecimento de requisitos de observabilidade, operabilidade e controlabilidade dos Recursos Energéticos Distribuídos (REDs), bem como do Relatório de Análise de Impacto Regulatório – AIR, que trata da aplicação dos requisitos de interoperabilidade ao parque existente de REDs. - **ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 09/11/2026.**

- **CP 034/2026**

Objeto: obter subsídios para o aprimoramento da proposta de alteração dos Procedimentos de Rede associada à revisão da classificação das modalidades de operação de usinas conectadas ao sistema, contemplando os Submódulos 1.2, 2.1, 2.4, 2.12, 2.14, 2.15, 3.1, 3.4, 3.5, 3.9, 3.10, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5, 6.1, 6.9, 7.1, 7.2, 7.4, 7.11 e 7.13, nos termos das minutas encaminhadas pelo ONS. - **ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 02/11/2026.**

Participação Social

- **TS 020/2026**

Objeto: obter subsídios para aprimorar a proposta referente à Revisão Tarifária Periódica – RTP de 2026 da Companhia Hidroelétrica São Patrício – CHESP, a vigorar a partir de 22 de novembro de 2026. - **ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 19/10/2026.**

- **TS 021/2026**

Objeto: discutir com a sociedade as alterações no Cadastro Nacional da Distribuição- CND/SIASE, regulamentado pelo Submódulo 10.6 do PRORET e alterações no Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica - SAMP - **ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 09/10/2026.**

- **TS 022/2026**

Objeto: obter subsídios para as alterações propostas no Submódulo 8.3 – Apuração Mensal de Serviços e Encargos da Transmissão e Encargos Setoriais (Responsabilidades e Procedimental). - **ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 28/10/2026.**

- **TS 023/2026**

Objeto: obter subsídios para alterações no Submódulo 2.12 – Requisitos mínimos de supervisão e controle para operação (Requisitos) – para compatibilizá-lo às necessidades atuais do setor elétrico, com reflexos no Submódulo 4.6 – Análise e tratamento dos dados hidroenergéticos e previsão e geração de cenários de vazões (Procedimental). - **ATENÇÃO: O prazo final de envio de contribuições é 28/10/2026.**

/asbz

Participação Social

- **AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2026**

Objeto: obtersubsídios para aprimorar a proposta referente à Revisão Tarifária Periódica de 2026 da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, a vigorar a partir de 22 de novembro de 2026. - **REALIZAÇÃO: 08/10/2026**

/asbz

/asbz na mídia

- **15º CONGRESSO INTERNACIONAL DO DIREITO DA ENERGIA DO IBDE**

Nosso time de Energia participou do 15º Congresso Internacional do Direito da Energia, promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos do Direito da Energia (IBDE).

Durante o evento, o /asbz reuniu participantes do congresso para um coquetel de confraternização, e nosso sócio-conselheiro Rafael Janiques mediou o painel “Abertura do Mercado: Onde estamos e para onde vamos? Comercialização de Energia e Segurança do Mercado”.

O encontro reuniu especialistas e profissionais do setor para discutir temas relevantes para o presente e o futuro do mercado de energia.

A equipe de energia do /asbz agradece a leitura do informativo e se coloca à disposição para demais esclarecimentos.

energia@asbz.com.br

Av. Dr. Cardoso de Melo,
1855 -10º andar
+55 11 3145 6000

#estamosjuntos

Material elaborado por:

Daniel Hossni Ribeiro do Valle

Rafael Janiques

Marcos Ferreira

Ana Beatriz Dias Sousa

Gabriel Cotta

Mirella Golfetto

Gabriel Souza

Giovanna Alves